

## **TERESINA, CIDADE VERDE: Para além da imagem poética, uma necessidade**

José Luis de Carvalho **BUENO**

Geógrafo, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente e Doutorando em Urbanismo, PROURB, UFRJ. Docente EBTT do Instituto Federal do Maranhão. Departamento de Educação Profissional. [jlcbueno@yahoo.com.br](mailto:jlcbueno@yahoo.com.br)  
<http://lattes.cnpq.br/7223252154839786>

Lúcia Maria de Sá Antunes **COSTA**

Arquiteta, Doutora em Paisagismo, Professora Titular da UFRJ, Programa de Pós-graduação em Urbanismo: [lucialice@gmail.com](mailto:lucialice@gmail.com).  
<http://lattes.cnpq.br/4190044706270459>

---

**RESUMO:** A visão do homem sobre a natureza tem sido dinâmica ao longo da história: ora de medo, ora de domínio, ora de inclusão, ora de exclusão do humano. Entre os componentes do ambiente natural, a vegetação é um dos elementos que permanece no imaginário humano diante da urbanização e que tem contribuído para a (re)configuração de valores culturais/estéticos/paisagísticos/ecológicos frente aos bens naturais/ambientais a serem preservados nas cidades. A cidade, enquanto obra inacabada, é um espaço em que as mudanças são mais perceptíveis e, ao mesmo tempo, visíveis a impactação das atividades humanas sobre a natureza. Porém, observa-se nesse ambiente a existência de componentes espaciais que servem de suporte para o estabelecimento das imagens urbanas, como a vegetação. Nesse ambiente em permanente (re)construção, as transformações socioespaciais nem sempre significam a ruptura com a identidade espacial decorrente, em sua grande parte, das imagens consolidadas no imaginário social. Nesse contexto, o objetivo desse artigo é discutir as ideias e ações em torno da imagem da cidade de Teresina – como Cidade Verde, “título” dado pelo poeta maranhense Coelho Neto em 1899. Essa análise será feita através dos referenciais bibliográficos e das observações imagéticas urbanas teresinenses, buscando destacar a origem e a consolidação da imagem da capital piauiense associada à cobertura vegetal e, ao mesmo tempo, identificar as ações desenvolvidas para a manutenção dessa imagem no imaginário urbano e social. Por fim, identificar os desafios de manutenção dessa imagem espacial, mesmo diante da importância da vegetação para a qualidade de vida e do ambiente urbano, visto que o acelerado e desordenado crescimento urbano por que passa Teresina, desde meados do século XX, é cada vez mais consumidor de espaço e, portanto, potencializador de redução da vegetação no espaço urbano.

**Palavras – chaves:** Vegetação Urbana. Imagens Urbanas. Cidade Verde. Teresina.

## **TERESINA, GREEN CITY: in addition to the poetic image, a need**

**ABSTRACT:** The vision of man over nature has been dynamic throughout history: sometimes fear, sometimes domain, sometimes including, sometimes human exclusion. Among the components of the natural environment, the vegetation is one of the elements that

remain in the human imagination in the face of urbanization and has contributed to the (re) configuration of cultural / aesthetic / landscape values / ecological front of the natural / environmental assets to be preserved in cities. The city, while unfinished, is a space where the changes are most noticeable and, at the same time, visible impactation of human activities on nature. However, it is noted that environment the existence of spatial components which support the establishment of urban images such as vegetation. In this environment constantly (re) construction, socio-spatial transformations do not always mean a break with the spatial identity arises, for the most part, the consolidated images in the social imaginary. In this context, the aim of this article is to discuss the ideas and actions around the image of the city of Teresina - as Green City "title" given by the poet Maranhão Coelho Neto in 1899. This analysis will be done through the bibliographic references and observations imagetive urban Teresina, seeking out the origin and consolidation image of Piauí capital associated with vegetation and at the same time, identify the actions taken to maintain that image in the urban and social imagination. Finally, identify the challenges of maintaining this spatial image, despite the importance of vegetation to the quality of life and the urban environment, as the accelerated and urban sprawl by passing Teresina, since the mid-twentieth century, it is increasingly more consumer space and therefore vegetation potentiator reduction in urban areas.

**Key - words:** Urban vegetation. Urban images. Green city. Teresina.

### **TERESINA, VILLE VERTE: en plus de l'image poétique, un besoin**

**RÉSUMÉ:** La vision de l'homme sur la nature a été dynamique tout au long de l'histoire : tantôt de peur, tantôt de domaine, tantôt d'inclusion, tantôt d'exclusion de l'humain. Parmi les composantes du milieu naturel, la végétation est l'un des éléments qui restent dans l'imaginaire humain face à l'urbanisation et qui contribue à la (re)configuration de valeurs culturelles /esthétiques/ paysagistiques/écologiques devant les biens naturels/environnementaux d'être préservés dans les villes. La ville, comme un travail inachevé, est un espace dans lequel les modifications sont plus perceptibles et, en même temps, visibles l'impact des activités humaines sur la nature. Toutefois, on observe dans cet environnement l'existence des composantes spatiales qui servent de support à la mise en place des images urbaines, comme la végétation. Dans ce milieu en permanente (re)construction, les transformations socio-spatiales ne signifient pas toujours une rupture avec l'identité spatiale qui en résulte, dans sa grande partie, des images consolidées dans l'imaginaire social. Dans ce contexte, l'objectif de cet article est de discuter les idées et les actions autour de l'image de la ville de Teresina – comme Ville Verte, « titre » donné par le poète du Maranhão Coelho Neto en 1899. Cette analyse se fera à travers les références bibliographiques et des observations imagées urbaines *teresinenses*, en cherchant à mettre en évidence l'origine et la consolidation de l'image de la capitale du Piauí associée à la couverture végétale et, en même temps, à identifier les actions développées pour le maintien de cette image dans l'imaginaire urbain et social. Enfin, identifier les défis du maintien de cette image de l'espace, même face à l'importance de la végétation pour la qualité de vie et de l'environnement urbain, puisque la croissance urbaine accélérée et désordonnée par laquelle passe Teresina, depuis le milieu du

XXe siècle, est de plus en plus consommateur de l'espace et, donc, potentialisateur de réduction de la végétation dans l'espace urbain.

**Mots- clés :** Végétation Urbaine. Images Urbaines. Ville Verte. Teresina.

## INTRODUÇÃO

Árduos são dias que correm e, assim como nós, sofrem todos os seres e todas as coisas. A ânsia ou delírio de melhorar e aformosentar a cidade está, de tal modo, se agravando que se não houver quem ponha mãos nos tais reformadores, isto, ficará, em breve, como aquelas terras revés de outrora, nas quais, quando as hordas sitiantes conseguiam penetrar, não deixavam pedra sobre pedra.  
(Coelho Neto, A árvore que chora apud. Leandro 2002. p. 191-192).

A relação homem natureza tem sido objeto de inúmeras discussões ao longo do tempo, visto que essa relação é marcada pelos desafios do conhecimento que objetiva por parte do homem a conquista e o controle sobre ela, escopo até então não conquistado na sua plenitude pelo homem. Essa ação tem apresentado um caráter seletivo, marcada por uma dupla concepção; de um lado temos plantas e animais “úteis” e, portanto, são explorados, valorizados, mas nem sempre preservados e de outro aquelas plantas e animais “não úteis”, os quais devem ser combatidos, desvalorizados e extintos.

Com o advento da industrialização, esse domínio foi fortemente ampliado em decorrência dessa nova atividade produtiva ser caracterizada pela melhoria crescente nas condições técnicas e tecnológicas da sociedade, favorecendo ao homem romper os laços naturais ainda intocáveis. Tal fato veio acompanhado de uma perspectiva infinita dos bens ambientais, no entanto, não demorou muito para que o ambiente começasse a manifestar as consequências dessa conquista humana, e o homem perceber que os recursos são finitos.

Paralelo à industrialização, a urbanização fez emergir um novo modelo de vida, centrado na cidade e com ele a materialização da superioridade da raça humana em relação aos demais animais, e a efetivação do homem novo fora das prerrogativas naturais, sendo visto desde então como ser dotado de racionalidade e capacidade que o expulsou de vez da redoma natural, tendo na cultura sua nova estação do progresso e do total domínio sobre o espaço e o tempo.

Apesar disso, Williams (2000) destaca que até o final do século XIX ainda era forte a preocupação do homem com a natureza de modo que era comum na Europa a relação do cidadão com o campo, para o autor era possível perceber uma “mentalidade” rural no espaço urbano europeu e isso poderia ser identificado com a permanência das atividades de caça, como atividade de lazer e o deslocamento da população urbana para as casas de campo nos

seus momentos de refúgios e descanso. Apesar do domínio da natureza representar a modernidade e o progresso, Thomas (2001) destaca que com a redução das matas em decorrência do desenvolvimento urbano, passamos a considerar que é melhor plantar árvore que derrubá-la. Observa-se nessa ideia que há certa preocupação com a preservação das árvores associadas ao desenvolvimento, sendo esse elemento constructo de imagem, de identidade e também reflexo da civilidade, mesmo diante do consumo de espaço da cidade onde nem sempre a natureza tem seus componentes preservados.

Para Lynch (2011) [1960], a construção da imagem, no caso da cidade, resulta da relação entre o observador e seu ambiente, nesse processo ocorre seleção de várias ordens, onde o histórico de vida do observador exerce influência de tal modo que a coerência entre a imagem e o real não seja totalmente perceptível, observável no coletivo, mas o sujeito observador a retém de forma clara e organizada na sua mente.

Aliado a esse processo, vale destacar que inúmeras cidades surgiram às margens dos cursos d'água situação decorrente de vários fatores, entre eles podemos destacar a questão do transporte e do próprio abastecimento de água e alimento para a população urbana, inclusive a cidade de Teresina, teve a escolha do seu sítio associada à questão estratégica em relação ao transporte e, por extensão comercial, daí seu sítio está às margens direita do rio Parnaíba. Nesse sentido, ao tempo em que o homem rompe com as forças da natureza, não consegue fazer isso em totalidade. Para Nunes e Abreu (1995), dadas as condições geográficas de região de confluência do rio Poti com o rio Parnaíba, a instalação da nova capital do Piauí favorecia a comunicação e o escoamento da produção pelo rio Parnaíba. Diante desses atributos, a nova capital como sede da província seria capaz de promover o progresso e o desenvolvimento, inclusive pelo fato de que essa ação veio acompanhada de um ingrediente novo para a época que foi o planejamento prévio da estrutura da cidade idealizada.

Nesse contexto, Teresina foi inaugurada em 16 de agosto de 1852 pelo então Presidente da Província, Conselheiro Saraiva. Atualmente é a mais importante cidade do Estado, possuindo em 2010 uma população de 814.230 habitante, estimada em 844.245 habitantes no ano de 2015 (IBGE, 2010, 2015). A cidade cresceu e hoje tem sua gestão espacial dividida em quatro regiões administrativas, denominadas pela Prefeitura Municipal de Teresina – PMT de Superintendências de Desenvolvimento Urbano – SDUs. (PMT; 2015).

Ao visitar a capital do Piauí, o poeta Coelho Neto “batizou” de Cidade Verde em 1899 em consequência da vegetação estar naquele momento fortemente enraizada na paisagem urbana. Em 2016 Teresina completa 164 anos, marcados por inúmeras transformações

socioespaciais, nem sempre ordenadas, as quais alteraram profundamente a paisagem urbana teresinense. Considerando que as cidades são mais que espaços de acomodação de pessoas, no contexto econômico do capitalismo, muitas delas buscam construir e consolidar imagens/identidades que as individualizam, tornando-as diferentes e que sejam capazes de atrair um número cada vez maior de visitantes. Na era da globalização, Teresina não está fora desse processo concorrencial nas diversas escalas e as imagens utilizadas como instrumento de singularização/diferenciação são diversas.

Apesar das inúmeras possibilidades de leitura da cidade por meio de seus componentes paisagísticos presentes no imaginário urbano, o presente artigo tem como escopo identificar o processo de construção da imagem de Teresina Cidade Verde, bem como sua utilização como fator de identidade da cidade presente no imaginário social, referenciando na vegetação como base de sustentação. A vegetação é aqui tomada como um dos principais componentes da paisagem urbana, considerando sua força na configuração de um ambiente com amenidades climáticas e, ao mesmo tempo nas condições estéticas, paisagísticas e de oportunidades de lazer urbano.

O presente artigo resulta do levantamento bibliográfico, documental e imagético, sobre as imagens das cidades, nas diversas escalas, porém, é preciso destacar que o mesmo não tem a intenção de esgotar o tema e, sim contribuir para as discussões sobre o mesmo. Com o intuito de melhor situar essa análise, buscamos nos apoiar em uma referência concreta, no caso a cidade de Teresina, capital do Piauí e, para tal, foi também considerado o arcabouço jurídico municipal, sobretudo, o voltado para o uso e ocupação do espaço urbano, em especial os aspectos relativos à questão ambiental. Para fins didáticos, o texto está organizado em sessões, as quais não absolutas em termos de esgotamentos da temática e nem isoladas entre si. Tal procedimento tem por intenção destacar as ideias sobre a questão imagética urbana e ao mesmo tempo orientar o leitor. Nesse sentido, o artigo está organizado em três sessões, as quais estão interligadas que são: O homem e a natureza; O Verde Urbano: relações cidade e natureza; Teresina, Cidade Verde.

## **O HOMEM E A NATUREZA**

Durante muito tempo a natureza constituía um desafio ao homem e determinava seus afazeres. Porém, com a Revolução Agrícola essa situação começou a ser revertida em favor do homem, mas é com a industrialização e a urbanização que a espécie humana consolida seu efetivo poder sobre a natureza, com o avanço técnico científico. Com essas transformações,

o homem “fugiu” da natureza na condição de dependência no mundo ocidental com mais rapidez que no oriental, provocando a dicotomia entre homem e o ambiente natural. No mundo oriental há uma visão diferente nessa relação, segundo Moran (2008), pois no mundo ocidental:

A dicotomia entre as pessoas e o ambiente físico está profundamente integrada no pensamento e nas religiões ocidentais, uma dicotomia que, até os dias de hoje, influencia nossas escolhas e ações, e que fornece uma concepção que trata o meio ambiente como externo à nossa existência, sujeito ao nosso controle e domínio (MORAN, 2008. p. 45)

A separação homem/natureza ao longo do tempo constitui uma das bases de sustentação do processo de utilização dos recursos naturais pelo homem centrado na concepção de exploração infinita da natureza, e ao homem caberia o total domínio, uma vez que ele foi criado à imagem e semelhança de Deus, portanto, subentende a designação divina ao homem para o total controle da natureza. Diante dessa visão de poder e domínio humano é que talvez possamos entender a dinâmica e complexidade da posição humanista em relação à natureza de modo que para Bueno (2008) tal procedimento está relacionado ao fato de que:

A posição do homem frente aos animais e plantas vem sendo discutida historicamente, porém, nas últimas décadas essa discussão tem sido intensificada, em função do grau de destruição dos ecossistemas. Tal processo é marcado pelo caráter “seletivo” do homem conforme suas necessidades, ou seja, a preservação e exploração têm a ver com a ideia de utilidade objetiva por meio de valor econômico, sobretudo, e subjetiva, que se manifesta no valor afetivo e cultural (BUENO, 2008. p. 67).

Observa-se pela citação que a posição do homem frente à natureza não é uniforme e, portanto, marcada por interesse/necessidade ao longo do tempo, considerando inclusive as dimensões objetivas, digamos imediatas da sobrevivência humana na perspectiva biológica, nessa linha de pensamento e ação a degradação ambiental em curso tem incentivado inúmeras discussões e ações visando amenizar e/ou reverter esse quadro. Porém, precisamos compreender que o homem enquanto ser social necessita de bases culturais para além da dimensão material, portanto, subjetiva, presente no imaginário social.

O homem destituído de capacidade técnica é um ser submisso aos poderes da natureza, uma vez que essa situação impede o homem de romper as forças da natureza de forma ampla e, ao mesmo tempo temos uma concepção de natureza como fonte de sobrevivência e não de exploração, levando o homem a apresentar um caráter de medo, de contemplação e até de afetividade, para além da sobrevivência. Por outro lado, com avanço da técnica e da tecnologia, essa realidade muda completamente e, portanto, o caráter do medo, da contemplação e da afetividade frente à natureza cede lugar para o poder de domínio sobre ela,

vendo-a como recursos com valor de troca de tal modo que há uma espécie de “expulsão” do homem do mundo natural, passando ao mundo da ciência, logo, não temente às forças da natureza.

Apesar dessa concepção, por volta do século XVIII, na Europa, nem todos os homens tinham as mesmas capacidades, pois as crianças, os adolescentes, os pobres, os analfabetos, sem religião e os loucos/bestas era homens inferiores e, portanto, deveria ser tratado com valores diferentes dos demais homens, inclusive com maus tratos, pois eram:

Uma vez percebido como bestas, as pessoas eram passíveis de serem tratadas com tais. A ética da dominação humana removia os animais da esfera da preocupação do homem. Mas também legitimava os maus-tratos àqueles que supostamente viviam uma condição animal (THOMAS, 2001.p.53).

Observa-se que os homens inferiores eram tratados com a mesma medida que os animais e, numa tentativa ainda que de forma superficial, poderíamos atualizar essa visão, colocando-a, em outros termos, em relação ao fato de que teríamos a manutenção dessa realidade frente às desigualdades socioespaciais manifestadas pela diferença de apropriação e acesso aos bens e serviços produzidos por todos, mas apropriadas de forma desigual.

Atualmente a diversidade de discursos e ações varia conforme os interesses e circunstâncias políticas e econômicas e, diante da profunda crise ambiental que estamos vivenciando há uma forte pressão das forças econômicas sobre os pobres colocando-os na condição de causa da degradação ambiental, ao invés de vítima do modelo de desenvolvimento social em curso que é por natureza, excludente. Além disso, grande parte das reservas de recursos naturais estão nos países menos desenvolvidos e, isso faz deles um locus de geopolítica dos países adiantados, na busca do domínio sobre eles. No caso brasileiro, os discursos são diversos, porém, já era possível perceber alguns deles já preocupados com a exploração exacerbada dos recursos naturais, antes mesmos da crise ambiental ser reconhecida como tal, como pode ser observado no discurso de Coelho Neto de 1911, na câmara dos deputados no Rio de Janeiro, sobre a devastação de nossas florestas, pois:

Nós que somos o povo do deixa andar, que nos embalamos nos braços da Providencia, que só nos preocupamos com o sol que brilha sem nós nos lembrarmos da noite vindoura; nós que vivemos de esperanças alardeando jactanciosos que possuímos uma natureza incomparável, que a nossa terra é um manancial perene; nós infelizmente, começamos a sentir que o manancial esgota-se e já nos levantamos para esperar, de pé, a miséria que se anuncia. (LEANDRO, 2002. p.129)

Coelho Neto foi um dos brasileiros que desde cedo registrou através de seus escritos e discursos a preocupação com o meio ambiente e a sua preservação, em seu discurso acima se

observa a previsão de esgotamento dos recursos naturais, bem como de suas consequências socioambientais. Por outro lado, nessa mesma fala, nota-se que a degradação ambiental já estava presente ao destacar o esgotamento de manancial. Pelo discurso do então deputado, é possível notar um caráter visionário, pois um século depois, a realidade de hoje materializa o discurso da época, mesmo assim, parece que continuamos de pé a esperar o “milagre” da multiplicação dos pães, pois muitas ações que deveríamos estar fazendo continuam nos discursos, na literatura, inclusive na legislação sem grandes impactos concretos. E, o ambiente concreto vem exigindo de seus usuários/locatários uma atitude que vá além das descobertas científicas e inovações tecnológicas.

Apesar de pouca ação, nos últimos cinquenta anos percebe-se uma mobilização dos órgãos internacionais e nacionais no sentido de colocarem na agenda dos povos a questão ambiental. Mas essa questão é complexa diante das características dos inúmeros ambientes e suas interações, ganhando mais complexidade quando adicionamos as questões sociais em voga, porém, é preciso ter esperança e, nesse sentido, Harvey (2004) aponta para a necessidade da ação coletiva, pois:

Nossas responsabilidades coletivas perante a natureza humana e perante a natureza precisam ser unidas entre si de uma maneira bem mais dinâmica e co-evolutiva que abarque uma variedade de escalas espaço-temporais. Questões como a conservação de micro-habitats, projeto de restauração ecológica, planejamento urbano, uso de combustíveis fósseis, padrões de exploração dos recursos, proteção aos meios de vida, manutenção de certas formas culturais geograficamente específicas, o aumento das chances de vida em todos os níveis, do global ao local – tudo isso precisa de alguma maneira ser unido e transformado num sentido mais generalizado de como poderia surgir alternativa político-econômica a partir das contradições ecológicas de um sistema capitalista fundado em classes (HARVEY, 2004. p. 303).

A perspectiva do autor é de que é necessário associar as questões ambientais às econômicas em escala global enquanto caminho para o enfretamento da crise ambiental. No entanto, na visão do autor esse caminho deve ser balizado por alternativas que encare a contradição existente como barreira a ser efetivamente encarada enquanto obstáculo a ser superado, sob pena da questão ambiental não ser mais um discurso sem eco. Porém, a questão é real, concreta e seus efeitos não necessitam mais de estudos para serem percebidos.

Nessa perspectiva a cidade é um dos espaços onde o consumo dos recursos naturais é intenso, com a tendência de ampliação, pois a cidade concentra cada vez mais pessoas em todo o mundo. Nesse ambiente as consequências decorrentes desse processo são visíveis e desafiadoras em decorrência dos resíduos gerados pelo elevado consumo de bens e serviços, sendo, portanto, objeto de inúmeros programas e adoção de mecanismos regulatórios. Vale destacar que a questão ambiental urbana constitui também meio de concorrência entre as



idades em relação às imagens que possam gerar efeito positivo no consumo, enquanto espaço de geração de lucro. Nesse sentido, veremos a seguir a relação entre a cidade e a natureza, com base na vegetação.

## **O VERDE URBANO: RELAÇÕES CIDADE E NATUREZA**

Apesar do poderio do homem sobre a natureza, essa continua exercendo influência direta nas ações humanas e, permanece ainda que no imaginário como algo a ser preservado, contemplado e presente em todas as paisagens. Ela, inclusive, é um dos imobiliários espaciais que permeiam nossas mentes no tocante aos atributos de identidade socioespacial. A relação homem - natureza na cidade sempre foi marcada por desafios em termos de enfrentamento e conservação. Assim, será enfatizada a importância dos componentes naturais na paisagem urbana e, ao mesmo tempo analisado em que condições esses elementos são explorados e incorporados ao cotidiano urbano. Vale destacar que hoje há um forte movimento de incorporação do ambiente natural à cidade, no entanto, numa retrospectiva histórica, é possível perceber que as cidades têm seus sítios originários situados juntos aos recursos naturais, sobretudo, influenciado os recursos hídricos e as condições topográficas.

Diante dessa situação, o sítio urbano denuncia uma estreita relação do homem com a natureza e, em princípio essa relação tem como lógica a acessibilidade aos recursos naturais e a proteção. Por outro lado, as condições ambientais orientam o traçado urbano, influenciando a configuração física da cidade, mas também nas representações imagéticas das mesmas, pois a morfologia urbana reflete os componentes da paisagem. Porém, Serra (1987) ao analisar a relação entre o espaço natural e a forma urbana, destaca que não há uma relação de causa e efeito, uma vez que o fazer social que é coletivo não propicia a apropriação coletiva e, nem muito menos resulta em formas iguais seja na dimensão concreta e/ou abstrata. Para ele é preciso mergulhar no ambiente teórico em busca desse entendimento, mas é preciso também descortinar o real, pois a relação tempo-espaço insere-se em processos complexos.

Para Lombada e De Angelis (2005), desde os primórdios da urbanização o homem teve a preocupação com a existência de espaços na cidade que seja capaz de refletir a natureza na cidade, como é o caso das praças e parques. Esses espaços têm na vegetação um de seus atributos mais importantes. Apesar disso, o uso intensivo de recursos tem contribuindo para a existência de uma gama de efeitos (poluição ambiental) ambientais decorrentes desse consumo.

O crescente quadro de degradação ambiental urbano contribuiu para que nas últimas décadas a questão ambiental tenha sido colocada na agenda social, porém, na prática a reversão da crise ambiental ainda é pouco sentida, mesmo depois de inúmeras ações políticas segundo Sakamoto *et al.* (2006) presentes em várias cidades brasileiras voltadas para a construção da imagem de “Cidades Ecológicas”, tais ações são inclusive objetos de investimentos de órgãos internacionais.

A relação sociedade - natureza na cidade é bastante complexa. Para Penna (2003, p.57), ela deve ser vista com base no fato de que: “O ambiente, construído e natural, da cidade é um espaço que possui uma ocupação política intencional, tanto pelo Estado como pela sociedade”. Nessa ótica não é possível separar essas duas dimensões do espaço, portanto, a visão sistêmica deveria encabeçar a dinâmica socioambiental do fazer humano. Mas, para a mesma autora essa relação está diretamente articulada com o valor de troca e de uso do espaço.

Diante dessa concepção, da degradação ambiental e da pressão social, nas últimas décadas as discussões sobre a relação homem - ambiente tem ganhado um contorno jurídico mais significativo, propiciando uma ampliação do arcabouço jurídico voltado para disciplinamento de uso e ocupação do espaço e, nesse processo o Zoneamento Ecológico - Econômico – ZEE é apontado como uma ferramenta útil ao planejamento estratégico, o qual trás no seu cerne a intensão de promover o desenvolvimento do espaço urbano, articulando as demandas ambientais com as sociais. Para Steinberger (2003), mesmo diante das inúmeras críticas que podemos tecer ao ZEE, em relação ao planejamento territorial ambiental, ele:

É o único que pode ser utilizado para que se cumpra esse papel geoestratégico de uma maneira sustentável porque, diferentemente dos demais, ele é instrumento concebido para ser aglutinador de áreas de conhecimento, de espaços e de atores, e por isso mesmo pode ser considerado como o que ocupa o lugar mais alto na hierarquia dentre os demais, como plano diretor, plano de manejo e zoneamento urbano (STEINBERGER, 2003, p. 291)

Depreende-se da afirmativa acima, que o planejamento é uma ferramenta indispensável à ocupação do espaço, no entanto, essa ação deve ser coletiva, porém, o modelo de organização social em vigor, o qual é marcado por uma diversidade de interesses com a presença de vários atores envolvidos, com frágil espírito coletivo, termina por representar uma ameaça ao invés de saída, sobretudo, no Brasil onde a capacidade de diálogo entre os atores sociais ainda não é uma tradição o que termina por engessar planos coletivos. Para Souza (2002) o planejamento só ganha significação quando o mesmo é resultado da coletividade social, pois sua função é antecipar o futuro e, sem essa característica ele perde

significado e, para o tecido social urbano tal quadro constitui uma ameaça permanente. Isso talvez nos ajude a compreender certos distanciamentos entre as ideias, as leis, os planos e o cotidiano urbano.

Nas condições atuais o planejamento é uma ferramenta indispensável aos gestores urbanos, pois entre outras questões urbanas, a poluição ambiental é hoje uma variável presente em todas as áreas, no entanto, na cidade é possível observar o elevado grau de poluição das mais variadas categorias, associada à ausência de saneamento básico, de boas condições de moradia, de eficiente sistema de transportes, bom sistema de coleta e disposição dos resíduos, de efetivação do legado jurídico de uso e ocupação do solo, tais aspectos são incapaz de assegurar uma qualidade ambiental urbana, fato que caracteriza via de regras, todas as cidades brasileiras.

A questão da poluição ambiental urbana é ampla e complexa. Nesse cenário, a hídrica ocorre por meio da deposição de dejetos nos córregos (rios), ausência de tratamento de água e esgoto, entre outros agentes, afetando a qualidade da água. Tal processo ainda vem acompanhado pela ocorrência de enchentes, compactação do solo, influenciado o fluxo do escoamento superficial e da infiltração da água, propiciando assim, o deslizamento de encosta.

Ao lado dessa questão hídrica, a vegetação sempre esteve na agenda social quanto às discussões sobre seu valor, uso e preservação. Williams (2000) aponta que desde meados do século XVIII a valorização do verde passa do nível da sensibilidade para o do gosto e, no século XX para o da necessidade, desse modo os parques paisagísticos passaram a ser componentes dos roteiros de passeios e viagens dos famosos no passado, hoje é uma demanda social.

No decorrer do século XX, as discussões sobre a importância da vegetação nas cidades foram intensas e, continuam nesse século, resultando em políticas e ações voltadas para dotar as cidades de uma paisagem atrativa, sendo a vegetação um dos atributos dela. Para Troppmair e Galina (2003), além dos aspectos estéticos e paisagísticos, a vegetação tem um valor ambiental, por exercer influência na circulação da água, na redução da temperatura, redução da erosão e minimizam os deslizamentos de encostas e, sua ausência produz efeitos negativos nesses elementos.

Vale destacar que os atributos ambientais precisam ser valorizados, pois muitas vezes eles são constituintes das imagens urbanas, as quais são atrativas de atividades econômicas consideradas “limpas” como o turismo, fato que pode ser observado em inúmeras cidades nas diversas partes do mundo, como a título de exemplificação temos a cidade do Rio de Janeiro,

conhecida como Cidade Maravilhosa, essa imagem decorrente de seus atributos naturais incorporados ao cotidiano urbano, exerce força na atração turística, no entanto, isso não implica na ausência de desafios urbanos nessas cidades. Porém, o caso do Rio de Janeiro não é isolado, Teresina, capital do Piauí também possui elementos imagéticos que permeiam o imaginário social e foi capturado por ele como fator positivo de valorização urbana, estamos nos referindo ao “título” de Cidade Verde dado pelo poeta maranhense Coelho Neto à cidade, em decorrência da existência de uma densa cobertura vegetal na visão do poeta no final do século XIX (1899).

Independentemente dos fatos, essa ideia foi incorporada ao imaginário urbano pelos teresinenses, permanecendo até os dias atuais. E, tal processo é adotado de maneira incontestada, visto que não é perceptível uma espécie de “cobrança” social sobre que dados quantitativos e ou distributivo dão sustentação ao feito, sendo, portanto, objeto de cultivo no sentido da manutenção, através da mídia, das ações governamentais e da sociedade civil organizada ou não. A discussão sobre Teresina Cidade Verde, é que analisaremos a seguir.

### **TERESINA, CIDADE VERDE**

A cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, é a única capital nordestina situada fora da zona litorânea, localizada às margens direita do rio Parnaíba, no seu médio curso, nas coordenadas 05°05'21" latitude sul e 42°48'07" de longitude oeste, portanto, totalmente situada na zona tropical, registrando elevadas temperaturas ao longo do ano, com uma baixa altitude (marco zero 72m). O clima de Teresina é do tipo tropical com chuvas de verão e outono, com seca de inverno com média térmica anual em torno de 26,7°C sendo que nos meses de agosto a dezembro a máxima atinge 35,9°C Lima (2002). Esses dados térmicos fazem de Teresina umas das capitais mais quentes do Brasil e, a tendência é de aumento em função do crescimento urbano desordenado, da impermeabilização das ruas com asfalto, do crescimento da frota de veículos, da redução das áreas verdes, associada a outras questões ambientais nas diversas escalas.

Teresina foi projetada para ser capital do Piauí pelo então presidente da província Conselheiro Saraiva, vindo a ser inaugurada em 16 de agosto de 1852. A escolha do sítio urbano foi determinada em função dos interesses políticos articulado com as condições ambientais, entre elas, as condições hídricas na margem do rio Parnaíba, as condições topográficas e de salubridade da área central da cidade hoje. Para Lima (1996) desde a origem da cidade já havia uma preocupação com a existência de áreas verdes e, isso pode ser

comprovado através das praças no centro da cidade, porém, para a autora, a preocupação com o verde naquela época estava associada ao caráter estéticos/paisagístico, ou seja, não eram um verde associado à qualidade de vida e ambiental da cidade, elementos presentes no discurso atualmente com relação à necessidade de vegetação em quantidade e qualidade na cidade (Figuras 1, 2 e 3).



Figura 1: Principais Parques Ambientais.

Fonte: PMT (2016). Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2016.



Figura 2: Arborização da Praça Saraiva.

Fonte: Arquivo dos autores, 2016.



Figura 2: Arborização da Avenida Frei Serafim.

Fonte: Arquivo dos autores, 2016.

Em 1899, o poeta maranhense Coelho Neto ao visitar a cidade de Teresina, “batizou” de Cidade Verde, expressão que logo ganhou fama, apesar de não haver conteúdo para tal, pois não havia dados sobre a relação verde/habitante ou coisa do tipo e, o verde da cidade era restrito às praças do centro, com destaque para a Praça Marechal Deodoro, conhecida como praça da bandeira e aos quintais, pois nessa época essa unidade espacial era comum, nos fundos das residências.

Desde então a população de Teresina incorporou esse título ao imaginário urbano, mas durante muito tempo não há registros de ações do poder público para além das praças na ampliação desse componente na paisagem urbana e, apesar do planejamento está na origem da cidade, só em 1969 é que foi feito o I Plano Diretor o qual não apresentou uma legislação urbanística e na prática, só algumas orientações em relação ao sistema de transporte foi executado. Em 1987, a PMT lança o II Plano Diretor e nesse plano já consta o zoneamento urbano, disciplinando o uso e ocupação do solo urbano, e o mesmo previa a preservação das áreas marginais dos rios e dos mananciais de abastecimento d’água e a criação de reservas

ecológicas. Em 1988 através da lei 1.939/1988 a PMT cria as Zonas de Preservação Ambiental - ZPA (PMT, 1993).

Bueno (2008) destaca que em relação ao ambiente urbano de Teresina a PMT lançou em 2002 um plano de desenvolvimento por ela denominado de Teresina Agenda 2015: plano de desenvolvimento sustentável de Teresina e, no mesmo ano buscando se adequar a legislação federal lei 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, esse plano foi transformado em lei nº. 3.151/2002 passando assim, a ser denominada de Plano Diretor de Teresina.

Essa ação da PMT fere a própria legislação federal em relação ao seu processo de construção, pois segunda Façanha (2003. p.5) não houve participação efetiva da sociedade/comunidade e, que os momentos que seriam de discussões e participação social serviram para “legitimar e homologar intenções previamente discutidas” no âmbito dos técnicos da PMT e dos consultores por ela contratados, portanto, esse planejamento além de não atender as demandas jurídicas também não atende os ditames modernos do planejamento que segundo Sousa (2002) deve sair da condição de planejar *para* e ir à condição de planejar *com*.

Em 2015, a PMT lança outro documento denominado de Agenda Teresina 2030: a cidade desejada e, nos mesmos moldes da agenda anterior, em relação à participação social, a qual também foi reduzida e limitada. Por meio desse documento a PMT tenta mostrar sua capacidade de não apenas prever o futuro, mas de se antecipar a ele, por meios das ações inscritas nos documentos oficiais, pois no cotidiano urbano tais mecanismos ainda não são perceptíveis de forma significativas, como no caso da vegetação, onde os parques ambientais urbanos representam um dos meios de sua presença na cidade e inúmeros deles não possuem condições efetivas de uso e preservação.

Mesmo com os desafios em relação ao verde da cidade, a imagem de Cidade Verde, permanece não apenas no imaginário da população, mas também, na gestão municipal através de símbolos, os quais todas as cidades em geral buscam construir, nesse caso, temos a adoção do caneleiro (*Cenostigma macrophyllum* Tul) espécie nativa, como *Árvore Símbolo de Teresina Instituído* pelo Decreto nº 2.407, de 13/08/93(PMT, 1993). Outro símbolo teresinense onde a imagem Cidade Verde está presente é na letra do Hino da cidade Teresina:

Do verde exuberante que te veste, ao sol que doura a pele à tua gente, refulges, cristalina, em chão agreste; lírio orvalhado, resplandente. "Verde que te quero verde!"

Verde que te quero glória, ver-te que quero altiva como um grito de vitória (SANTOS, 2002)

Nota-se por meio desse símbolo que a cidade não só destaca o verde do presente como estabelece uma espécie de “meta” para sua manutenção - “verde que te quero verde”. Ao longo das últimas décadas tem-se observado que a PMT vem buscando ainda que de forma lenta, às vezes com certas controvérsias, com pouca articulação, contribuir para que o título de Cidade Verde permaneça válido, através da criação de vários parques ambientais urbanos, onde a vegetação é um dos atributos constituintes. Sem dúvida, se a PMT aplicasse a Lei 1.939/88 que criou as ZPAs, a cidade teria uma densidade vegetacional mais expressiva, uma vez que ela divide a cidade em oito (VIII) ZPAs, mesmo a lei não fazendo referência ao território dessas áreas em termos de tamanho, considerando que a cidade é banhada por dois rios, só as ZPAs IV e V, impactaria positivamente o verde da cidade, pois a ZPA IV - compreende as áreas verdes consolidadas e a ZPA V compreende:

As encostas com declividade superior a 30%; as áreas marginais ao rio Poti e as áreas marginais ao rio Parnaíba. No caso do rio Poti, abrange uma faixa de largura equivalente à metade da largura do rio, salvo quando as áreas já estejam ocupadas, o que abrangerá da área ainda não urbanizada; no caso do rio Parnaíba, a faixa terá largura de 100m, salvo quando já ocupada, situação em que a faixa terá a largura da área não urbanizada (PMT, 1988).

Tal quadro destaca que Teresina possui um potencial elevado para a existência de áreas livres vegetadas, em função de sua localização entre os rios Parnaíba e Poti e a existência de várias lagoas no perímetro urbano, e, ação conjunta da legislação Federal, Estadual e Municipal assegura a preservação das áreas marginais, porém, não é difícil perceber a não aplicabilidade da legislação, inclusive pelo próprio poder público através da abertura de avenidas nas margens dos rios da cidade. Outro aspecto que merece destaque está associado ao fato de que nas últimas décadas a vegetação urbana, passou a ser referência na qualidade de vida da população e do ambiente urbano, sobretudo, numa cidade como Teresina em função das condições climáticas. Para Andrade (2005), a vegetação é um componente importante da paisagem urbana para a amenização das condições de calor, porém, ele chama atenção para a necessidade de ampliação do verde na cidade e de outras ações paralelas para melhorar o conforto térmico na cidade.

Apesar de muito difundido no Brasil a orientação da ONU em relação ao índice de verde por habitantes que seria de pelos menos 12m<sup>2</sup>, Cavalheiro e Del Picchia (1992), destaca que o órgão desconhece essa sugestão. Por outro lado, os autores destacam que o índice de áreas verdes por habitantes não pode ser considerado em termos de padrão/regra/quantidade, mas como elemento do planejamento, uma vez que as especificidades urbanas são diversas,

portanto, deve - se atentar para cada contexto ao conceber e implementar políticas públicas voltadas para o verde urbano.

A Sociedade Brasileira de Arborização Urbana – SBAU (1996) propõe um índice mínimo de 15m<sup>2</sup> por habitantes, considerando os espaços públicos, destinados ao lazer. A ausência de consenso entre os estudiosos e instituições sobre as dimensões de área verde por habitante não deve ser visto como obstáculo à sua existência, bem como a vivências de ações voltadas para sua preservação e ampliação, sobretudo, nas cidades tropicais, considerando o papel desse componente paisagístico na melhoria da qualidade ambiental urbana.

No tocante às ações da PMT, na década de 1960, foi criado o primeiro parque urbano vegetado de Teresina, com 38 ha, localizado na zona norte da cidade e, desde então vários outros foram sendo criados e instalados nas diferentes zonas da cidade. No entanto, uma das características dessas áreas é sua pequena extensão, sendo que o maior deles é Zoobotânico com 136 ha, criado e mantido pelo Estado, para fins dimensionais o Parque Ambiental de Teresina, é o maior com 38 ha, mantido pela municipalidade.

Em um levantamento de campo feito em três bairros de Teresina com relação à variação da temperatura dentro do espaço urbano feito por Albuquerque e Lopes (2016) apontam que a diferença de temperatura entre as áreas arborizadas e áreas com pouca arborização são bastante significativas, em torno de 8°C. Vale destacar que essa diferença pode ser menor considerando que segundo os autores, ela foi registrada pela diferença entre a maior e menor temperatura, sendo esses dados coletados em horários diferentes, porém, não perde sua importância, frente aos elevados índices de temperatura e insolação registrados na cidade.

Diante desses dados e, considerando as condições térmicas de Teresina, não temos dúvidas da importância que a vegetação tem nas amenidades de calor e é preciso insistir na necessidade de ampliar as áreas vegetadas da cidade e, ao mesmo tempo, desenvolver pesquisa que possam contribuir no sentido de encontrar variedade botânica que assegure o verde durante o ano todo, uma vez que a vegetação nativa é decídua e durante uma parte do ano a sombra deixa de existir em função da queda das folhas das árvores (Bueno, 2008).

Os estudos de Machado *et all* (2010) que analisaram a evolução da cobertura vegetal em Teresina entre os anos de 2000 a 2006 constataram que a vegetação está presente em cerca de 40% da área urbana, porém, esses dados não são distribuídos de maneira equitativa pela cidade e ao analisar esse processo relacionando - o com índice área verde/habitante, os autores não apontam dados, mas asseguram que a vegetação da cidade teve uma redução nesse



período de 13km<sup>2</sup>. As ações da PMT no sentido de manter consolidada a ideia de Cidade Verde nas últimas décadas, poderíamos dizer que elas existem e, isso pode ser observado pela política de criação e instalação dos parques ambientais urbanos, os quais existem em grande quantidade, na criação de órgãos de fiscalização, controle e implementação de políticas públicas voltadas para esse fim. No entanto, percebe-se que o poder público ainda tem dificuldade de dialogar permanentemente com a população no sentido de socializar a preservação dessas áreas.

No âmbito jurídico em 2010 a PMT sancionou a lei 4.041/2010 instituído o Certificado de Qualidade Ambiental - “Selo Verde Teresina”, essa iniciativa visa incentivar os empreendedores a adotar medidas de menor impacto ambiental nas suas atividades. Em 2014 buscando ampliar a participação social na gestão das áreas verdes urbanas a PMT sancionou a lei 4.632/2014 que dispõe sobre a adoção das áreas verdes públicas no município. Por meio desse instrumento a PMT espera uma maior participação social na manutenção das áreas verdes urbanas.

Observa-se que a imagem Cidade Verde apresenta desafios permanentes de sua consolidação, sem, no entanto, sumir da agenda social urbana teresinense. Nesse sentido, as imagens urbanas são resultantes da relação do homem com seu espaço, sendo ela individual ou coletiva, perceptiva aos órgãos dos sentidos e, trabalhadas pelos sujeitos sociais com vista a sua inserção e permanência no imaginário social, pois nem sempre é preciso o contato físico para a existência das imagens para sabermos de suas existências, para Bueno (2008. p. 78) “o contato com o lugar pode ser antecedido pela construção de imagens oriundas das leituras e informações sobre o mesmo”. Geralmente, é comum as pessoas buscarem informações antes de ir a algum lugar e, no caso da cidade, frequentemente isso ocorre via agências de viagens, revistas especializadas, site de busca etc., buscando antecipar a cidade que iremos conhecer e, essa ação é feita também pelos gestores públicos, quando temos a cidade mercadoria, a qual é vendida aos visitantes por meio dos cartões postais, dos balcões de informações dos portos, aeroportos e terminais rodoviários e, outros meios disponíveis para tal, inclusive o eletrônico.

É preciso destacar que as imagens urbanas disponíveis são seletivas, explicitando o jogo mercadológico da cidade em função dos interesses e das contradições urbanas. Ao folhear qualquer folder disponibilizado pela PMT em relação aos pontos turísticos de Teresina, mesmo diante da ideia de “cidade verde”, o Parque Regional Encontro dos Rios, sempre aparece nos folders, mesmos existindo segundo a própria PMT, mais de 30 parques na cidade (Figura 1).

Essa questão merece duas observações, uma é que esse é um dos parques melhor estruturado da cidade com a presença de quiosques para a venda de produtos artesanais, com guias turísticos diários, trilhas limpas e sinalizadas, muitas sombras e está localizado na confluência dos rios Parnaíba e Poti, além de possuir um restaurante flutuante aberto ao público diariamente, além disso, a segurança no espaço está presente diariamente.

Por outro lado, esse parque está localizado numa zona de forte degradação ambiental, pois no seu entorno existem várias lagoas e, é uma área ocupada por população de baixa renda. Visando minimizar os efeitos da paisagem para os visitantes, PMT, mantém bem conservada a avenida de acesso ao parque e, modernizou a produção artesanal local com a criação do polo cerâmico do Poti Velho. Nesse sentido, Lynch (2011) [1960] destaca que “um cenário físico vivo e integrado, capaz de produzir uma imagem bem definida, desempenha também um papel social” (LYNCH, 2011. p. 5)

A imprensa local também constitui um dos agentes de vendas da Cidade Verde e, uma das maneiras mais frequente é pela nomenclatura das mesmas, como “TV Cidade Verde”, “Revista Cidade Verde”, “Rádio Cidade Verde”, mas também existem outros ramos empresariais que encontraram no verde da cidade, uma forma de “homenagear” esse título cidadão e, isso ocorre nas áreas residenciais, nas cooperativas de táxis, nos bares, nos restaurantes, nas empresas de ônibus entre outros. Na imprensa local, o mês de agosto é dos que mais registram notícias sobre a Cidade Verde, isso se deve ao fato de que a PMT sempre cria uma agenda de eventos e inaugurações de obras e serviços, por ser o período de aniversário da cidade.

Em relação aos parques ambientais urbanos, eles ganham as manchetes dos jornais com mais intensidade nos meses de janeiro e julho e uma das explicações para isso está associada ao fato de que esse é o período das férias escolares, bem como de alta temporada do turismo no Brasil. Vale destacar que a PMT tem buscando ampliar/recuperar o verde urbano através da arborização das vias públicas, da distribuição de mudas para a população e implantação e manutenção de viveiros em alguns pontos da cidade. Apesar disso, é preciso investir na educação dos seus cidadãos no sentido de não só plantar, mas também manter as áreas verdes, considerando seus valores, estéticos, paisagísticos e ambientais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação homem ambiente ao longo do tempo tem sido marcada pela ausência de uma linearidade, inicialmente o homem via na natureza uma inspiração, mas também o medo. Situação essa modificada com o avanço técnico científico da era moderna, a qual gerou a intensa exploração dos recursos naturais e, isso tem feito o homem colocar em discussão essa relação.

Com a intensificação da degradação ambiental em escala global, várias discussões e ações estão na agenda social visando atenuá-las. Sendo que a urbanização tem ampliado e colocado em relevo os impactos ambientais urbanos. A questão ambiental deve ser encarada na concepção sistêmica tanto na escala espacial quanto temporal, sob pena de não minimizarmos os efeitos ambientais negativos existentes. Ao tempo em que a questão ambiental apresenta aspectos negativos, temos também a preocupação de construirmos imagens espaciais positivas, a partir de seus atributos ambientais, as quais permeiam o imaginário social e é incorporada de modo meio (in)questionável pela população, sendo inclusive instrumento mercadológico e, nesse sentido, a questão nos parece ser mais uma força do capital, do que uma questão socioambiental.

Por fim, o título e imagem de Cidade Verde da cidade de Teresina não devem ser o ponto de partida nem de chegada para o alcance da cidade desejável, uma vez que a cidade enquanto espaço inacabado deve manter a teia da vida e de preferência com o homem participando dela, sendo, portanto, um fenômeno o processual.

**Trabalho enviado em Maio de 2016**  
**Trabalho aceito em julho de 2016**

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Sait P. O calor descortinando paisagens: um “olhar” sobre a cidade de Teresina – PI. In. VASCONCELOS, José Gerardo; ADAD, Shara Jane Holanda (orgs). **Coisas de Cidades**. Fortaleza: UFC editora. 2005. p. 185-199.

ALBUQUERQUE, Marcos M. e LOPES. Wilza G.R. A influência da vegetação em variáveis climáticas: estudos em bairros da cidade de Teresina, Piauí. In. **Revista Ra'ega**. Curitiba: v. 36. 2016. p. 38-68. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/raega/article>. Acesso em: 30 jun. 2016.

BUENO, José Luis de C. **A importância das áreas livres para a sustentabilidade urbana: a função, o uso e a percepção ambiental no parque da cidade, Teresina, Piauí**. 2008. 217f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí. Teresina: 2008.

CAVALHEIRO, Felisberto e DEL PICCHIA. Paulo César D. Áreas Verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In. **Encontro Nacional de Arborização Urbana**. Vitória: De 13 a 18 de setembro. 1992. Anais. p. 1 -7.

FAÇANHA, Antônio C. Plano Estratégico de Teresina (PI): mercado, consenso e limites no urbano. In. **VIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Anais. Recife: 2003. p. 1-11.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola. 382p. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativa da população 2015**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

LEANDRO, Eulálio de O. **Coelho Neto e a Ecologia no Brasil**. Imperatriz: Ética Editora. 237p. 2002.

LIMA, Iracilde de M. F. **O meio ambiente urbano: diagnóstico**. Plano estratégico de Teresina, “a cidade que queremos em 2015”. PMT. Teresina: 2002.

\_\_\_\_\_, Revalorizando o verde em Teresina: o papel das unidades ambientais. Teresina: **Cadernos de Teresina**. Ano X nº. 24 dez/1996. p.8-13.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martin Fontes. 227p. 2011 [1960].

LOBODA, Carlos R. e DE ANGELIS. Bruno L. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. In. **Ambiência**. Guarapuava: v.1, n.1jan/jul.2005. p. 125-139.

MACHADO, Roselis R. B. et all. Evolução temporal (2000-2006) da cobertura vegetal na zona urbana do município de Teresina – Piauí – Brasil. In. **REVSBAU**, Piracicaba: v.5, n.3, p.97-112, 2010

MORAN, Emilio F. **Nós e a Natureza: uma introdução às relações homem-ambiente**. São Paulo: SENAC. 302p. 2008.

NUNES, Maria C.P e ABREU, Irlane G. Vilas e Cidades do Piauí. In. SANTANA. Raimundo N. M. (Org.) **Piauí – formação – desenvolvimento – perspectiva**. Teresina: Halley. 1995. p. 85-111.

PENNA, Nelba A. Fragmentação do ambiente urbano: crises e contradições In. PAVIANI. Aldo e GOUVÊA, Luiz Alberto de C. **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: UNB. 2003. p.57-76.

SANTOS, Cineas. Hino de Teresina. **Teresina**. PMT. 2002. Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br> Acesso em: 20/06/2015.

SAKOMOTO, Eliane H. et al. Cidade Ecológica: políticas de criação de áreas verdes urbanas. In. **Paisagens em debates**. São Paulo: n. 4. Dezembro de 2006. p. 1-8.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel. 211p. 1987.

SOUZA, Marcelo L. de **Mudar a Cidade**. São Paulo: Contexto. 556 p. 2002.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ARBORIZAÇÃO URBANA – SBAU, “Carta a Londrina e Ibiporã” **Boletim Informativo**, v.3, n.5, p.3, 1996. Disponível em: <<http://www.sbau.org.br>>  
Acesso em 21 jun. 2016.

STEINBERGER, Maria. Zoneamento Ecológico – Econômico: instrumento estratégico. In. PAVIANI, Aldo e GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: UNB. 2003. p.267-299.

TERESINA, Prefeitura Municipal. **Mapas de Teresina** – principais parques ambientais (2015). Disponível em: <http://www.teresina.pi.gov.br> Acesso em: 20/06/2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Lei 4.632 de 01 de Outubro de 2014. **Dispõe sobre a adoção de áreas verdes urbanas públicas, e dá outras providências**. Disponível em: <<http://www.teresina.pi.leg.br/acervodigital.normas/lei-4632-2014>. Acesso em: 20 jun.2016.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Lei 4.041 de 13 de setembro de 2010. **Institui o Certificado de Qualidade Ambiental “Selo Verde Teresina”** Disponível em: <<http://www.teresina.pi.leg.br/acervodigital.normas/lei-4041-2010>. Acesso em: 20 jun.2016.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. **Teresina: aspectos e características (perfil)**. Teresina: 1993.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal. Lei 1.939/1988. **Dispõe sobre as Zonas de Preservação Ambiental**. Teresina. 1988.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras. 454p. 2001.

TROPPEMAIR, Helmut e GALINA, Márcia H. Áreas verdes. In. **Território e Cidadania**. Rio Claro: n. 2. 2003. p. 1.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a Cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras. 439p. 2000.